



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

P A R E C E R

00004991.989.19-5 – Contas Anuais.

Prefeitura Municipal: Suzano.

Exercício: 2019.

Assunto: Prestação de contas da administração financeira, orçamentária e patrimonial de Município.

Prefeitos: Rodrigo Kenji de Souza Ashiuchi e Walmir Pinto.

Períodos: (06-01-19 a 02-06-19; 14-06-19 a 28-09-19; 10-10-19 a 31-12-19) e (01-01-19 a 05-01-19; 03-06-19 a 13-06-19; 29-09-19 a 09-10-19).

Advogados: Renato Swensson Neto (OAB/SP nº 161.581), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), Miriam Athiê (OAB/SP nº 79.338), Rogério César Gaiozo (OAB/SP nº 236.274), Rosemeire dos Santos (OAB/SP nº 243.603) e outros.

Procurador do Ministério Público de Contas: Rafael Neubern Demarchi Costa.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. CUMPRIMENTO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS. GESTÃO FISCAL EM ORDEM. SALÁRIO ESPOSA. AMPARO LEGAL. ENVIO DE PEÇAS DOS AUTOS AO MPE. NECESSIDADE DE AVANÇOS NA GESTÃO EM RELAÇÃO AO IEGM. DEMAIS FALHAS NÃO COMPROMETEM. ADVERTÊNCIA. FAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Valdenir Antonio Polizeli, Relator, e dos Conselheiros Dimas Ramalho, Presidente, e Renato Martins Costa, a e. 2ª Câmara, em sessão de 17 de agosto de 2021, decidiu emitir parecer favorável à aprovação das contas anuais da Prefeitura Municipal de Suzano, relativas ao exercício de 2019, excetuando os atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

Na ocasião reconheceram-se definitivos os seguintes resultados contábeis: Aplicação no Ensino: 26,84%; Recursos do FUNDEB aplicados no exercício: 100%; Aplicação na valorização do Magistério: 78,60%; Despesas com Pessoal e Reflexos: 40,96%; Aplicação na Saúde: 23,73%; Transferências ao Legislativo: Regular; Execução orçamentária: superávit 0,31%.

Determinou, por fim, o arquivamento definitivo de eventuais expedientes eletrônicos referenciados, bem como autorizou o arquivamento do processo, quando oportuno.

Publique-se, oficie-se conforme determina a Nota de Decisão e enviem-se os autos à Fiscalização para o que couber.

São Paulo, 17 de agosto de 2021.

DIMAS RAMALHO – Presidente

VALDENIR ANTONIO POLIZELI – Relator